Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 033, 09 de novembro de 2018.

Autoriza a contratação emergencial e temporária de 01 (um) Assistente Social, e dá outras providências.

O SENHOR MIGUEL ANGELO GASPARETTO, Prefeito Municipal de Ronda Alta, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Encaminha para a Câmara Municipal de Vereadores para apreciar e aprovar o seguinte

## PROJETO DE LEI

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, temporariamente, 01 (um) Assistente Social, para atuar junto ao CRAS (Centro de Referencia e Assistência Social), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado por igual período, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência e Integração Social, tendo em vista a Licença Maternidade da Titular do Cargo.

- **Art. 2º** O valor a ser pago, será o equivalente ao cargo de assistente Social, conforme padrão remuneratório estabelecido no, Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais.
- **Art. 3º** As regras de contratação, com base na presente Lei, serão regidas pelas regras de Contratação de Natureza dos Contratos Administrativos.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE RONDA ALTA

- **Art. 4º** A contratação para o cargo de que trata a presente Lei se dará mediante seleção simplificada.
- **Art. 5º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária apropriada.
  - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ronda Alta, 09 de novembro de 2018.

Miguel Angelo Gasparetto
Prefeito Municipal



## **JUSTIFICATIVA**

Exmo. Presidente:
Senhores vereadores:

Ao cumprimenta-los cordialmente, pedimos atenção ao projeto acima mencionado para analisá-lo e aprová-lo, a fim de garantir a continuidade do trabalho da Secretaria Municipal de Assistência e Integração Social.

A contratação emergencial de um Assistente Social que irá exercer por 20 horas semanais pelo tempo determinado da licença maternidade e outros direitos como férias e licença prêmio, que a titular do cargo venha a solicitar.

A contratação é necessária devido ao índice de acompanhamentos familiares em especial a de ordem judicial que a mesma exerce em sua função de Assistente Social, tendo em vista que contamos com outras 20 horas de serviço social e está acompanha os grupos não realizando acompanhamentos e atendimentos individualizados devido à baixa carga horaria. Salientamos também que todos os benefícios eventuais não são concedidos sem a avaliação prévia através de relatoria por parte da Assistente Social. Caso não queira usufruir das férias ou gozar da licença o contrato será recendido automaticamente.

Certos de contarmos com vossa prestigiosa colaboração, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos, se necessário.

Ronda Alta, 09 de novembro 2018.

## **Miguel Angelo Gasparetto**

**Prefeito Municipal**